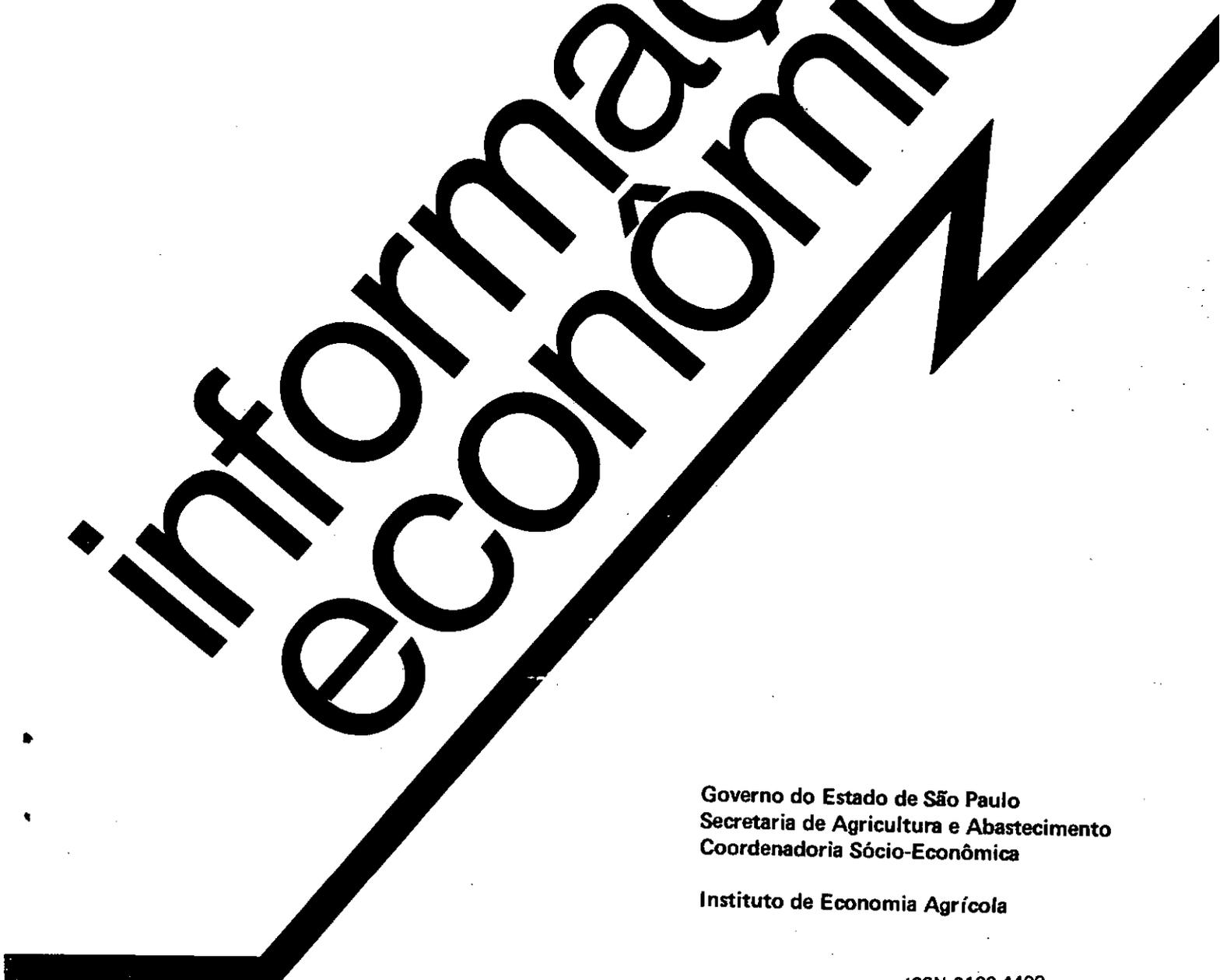


Informações econômicas



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0100-4409

ARTIGO TÉCNICO

Um Diagnóstico do Setor Agrícola Paulista: População, Emprego
e Estrutura Agrária 9

O Setor Agroindustrial e a Indústria de Alimentos: Uma Análise
Através das 500 Maiores Empresas Classificadas pela Fundação
Getúlio Vargas (FGV) 33

CONJUNTURA AGROPECUÁRIA

Desempenho da Agricultura Paulista em 1988/89 43

Política para o Desenvolvimento da Agricultura: Alguns Tópicos
para o Debate 49

PREÇOS AGRÍCOLAS

COMPORTAMENTO DE PREÇOS 61

Preços Recebidos 61

Preços Pagos 62

Índice de Paridade 63

Cesta de Mercado 64

PREVISÕES E ESTIMATIVAS DAS SAFRAS AGRÍCOLAS DO ESTADO

DE SÃO PAULO – Ano Agrícola 1988/89 – 3º Levantamento –
Fevereiro de 1990 109

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA 121



artigo técnico

UM DIAGNÓSTICO DO SETOR AGRÍCOLA PAULISTA: POPULAÇÃO, EMPREGO e ESTRUTURA AGRÁRIA(1)

Yara Maria Chagas de Carvalho(2)
Vilma Aparecida Barban(2)

1 - INTRODUÇÃO

Este texto é o último de uma série publicada sob o título geral acima, tendo sido abordado nos anteriores a Caracterização Geral da Economia e o Desempenho da Produção Agrícola.

Nesse texto far-se-á um diagnóstico da evolução do padrão agrário e da estrutura de emprego no Estado de São Paulo, com o uso de dados dos Censos Agropecuários e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Dado o caráter estrutural das variáveis, em contraste com o aspecto conjuntural associado ao comportamento da produção, o período de análise deste segmento foi ampliado para caracterizar a evolução a partir de 1940. O objetivo fundamental é contrastar o "custo social" da expansão da produção agrícola através do seu processo de modernização, em termos da mudança da estrutura fundiária e da alteração das relações de trabalho.

2 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O Estado de São Paulo é a

unidade da Federação mais populosa; atualmente, estima-se que represente cerca de 22% da população do País.

Os dados utilizados foram obtidos do Censo Demográfico (CD) para os anos de 1950 até 1980 (3) e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos mais recentes (quadro 1). A população do Estado tem crescido, mais que a do País, o que se manifesta pela importância crescente da participação do Estado na população total e atesta o caráter de atração que a região exerce sobre os migrantes.

A distribuição da população segundo a localização do domicílio indica uma situação de crescente urbanização para o País e, de forma menos evidente, para o Estado. São Paulo, em comparação com o Brasil, apresentou em 1950 uma situação já identificada com uma agricultura mais modernizada, além disso apresentou também, até 1980, um processo de urbanização mais rápido. Nos anos 80, o comportamento foi de maior estabilidade apresentando certa tendência à ruralização quando se considera o percentual da população

(1) Recebido em 07/12/89. Liberado para publicação em 14/02/90.

(2) Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

(3) A construção de séries históricas é dificultada pela mudança de metodologia de um levantamento para outro. No CD 1970 foi relaxada a restrição de trabalhar pelo menos 15 horas semanais. Para uma discussão criteriosa ver: Martine, George & Arias, Alfonso R. A evolução do emprego no campo. Brasília, OIT/CNRH/IPEA, 1985. (mimeo)

(4) Em 1986 houve uma redefinição da metodologia da expansão dos dados amostrais. Os primeiros valores de 1985 são os obtidos com a metodologia corrente, os da segunda linha foram obtidos com a metodologia de 1986.

QUADRO 1.- População Residente Rural e Urbana, Estado de São Paulo e Brasil, 1950-1987

Ano	São Paulo						Brasil						Taxa média geom.a.a.
	Rural		Urbana		Total		Rural		Urbana		Total		
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	
1950	4.330.212	47,41	4.804.211	52,59	9.134.423	17,59	33.161.506	63,84	18.782.891	36,16	51.941.767	2,39	
1960	4.824.720	37,19	8.149.979	62,81	12.974.699	18,52	38.987.526	55,64	32.004.817	45,68	70.070.457	2,99	
1970	3.526.449	19,84	14.432.244	81,19	17.775.889	19,07	41.603.839	44,63	52.904.744	56,76	93.215.311	2,89	
1980	2.880.871	11,50	22.494.328	89,83	25.040.698	21,03	39.137.198	32,86	82.013.375	68,86	119.098.992	2,48	
1981	2.359.816	9,06	23.680.930	90,94	26.040.746	21,76	34.526.542	28,85	85.165.014	71,15	119.691.556	-	
1982	2.479.063	9,23	24.378.123	90,77	26.857.186	21,92	35.252.590	28,78	87.254.535	71,22	122.507.125	2,35	
1983	2.598.222	9,39	25.067.403	90,61	27.665.625	22,10	35.156.669	28,08	90.032.762	71,92	125.189.431	2,19	
1984	2.537.477	8,88	26.022.968	91,12	28.560.445	22,27	35.395.513	27,60	92.869.693	72,40	128.265.206	2,46	
1985	2.511.713	8,52	26.964.240	91,48	29.475.953	22,43	35.938.615	27,35	95.472.781	72,65	131.411.396	2,45	
1985(1)	2.542.874	8,56	27.179.965	91,44	29.722.839	22,40	36.385.286	27,42	96.322.942	72,58	132.708.228	2,45	
1986	2.645.388	8,70	27.773.549	91,30	30.418.937	22,43	36.843.940	27,17	98.764.493	72,83	135.608.433	2,18	
1987	2.922.283	9,35	28.202.067	90,61	31.124.350	22,47	37.113.771	26,80	101.386.658	73,20	138.500.429	2,13	

(1) Existe uma descontinuidade na metodologia do PNAD a partir desta informação. A amostra foi reduzida, os processos de expansão e de cálculo dos erros amostrais foram revistos. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Rio de Janeiro, IBGE, 1.986. v. 10, t.1.

Fonte: Censo Demográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 1950-1980 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Rio de Janeiro, IBGE, 1981-1986.

aí residente nos anos levantados pelo PNAD (9,06% e 9,35% em 1981 e 1987, respectivamente), e a magnitude da variação no último ano (quadro 1).

A população rural apresentou decréscimo em termos absolutos, no período 1960-80 em São Paulo e 1970-80 para o Brasil. Os dados para a década atual mostraram uma reversão desta tendência sugerindo que o meio rural pode desempenhar o papel de absorvedor de mão-de-obra, em ocasiões de crise econômica. As oscilações do número absoluto de residentes no meio rural, neste período, foram mais acentuadas em São Paulo do que no resto do País. Uma hipótese plausível, para explicar esse fenômeno, é que a maior mobilidade observada seja resultado de uma maior rigidez em exigir uma remuneração mínima para se oferecer como força de trabalho rural ou urbano. Os dados do Censo Agropecuário de 1985, em que pese a diferença das datas dos levantamentos (5) corroboraram com esta hipótese, uma vez que apontaram para a expansão da parceria. A parceria, tanto a autônoma como a subordinada, pode ser concebida como uma alternativa de emprego para o trabalhador. Neste trabalho, esta expansão será captada pelo comportamento das categorias: "proprietários" e "outros", associadas aos dois tipos de parceria, respectivamente.

3 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA): RURAL E URBANA

Os dados sobre a PEA foram também obtidos dos Censos Demográficos e das PNADs (6) e apresentaram alguns

comportamentos semelhantes aos observados em relação a população residente (quadro 2):

- tendência declinante da PEA rural em São Paulo até 1980, e crescente a partir de então;
- participação relativa da PEA rural decrescente até 80 e depois crescente com exceção dos anos de 84 e 85 em São Paulo;
- aumento da PEA rural brasileira até 1970, só então declinando, para retomar o crescimento nos anos 80;
- participação relativa da PEA rural brasileira, durante todo o período, tem como tendência dominante o declínio - tendência geral: urbanização.

Houve, entretanto, uma mudança de tendência entre os dados censitários e os do PNAD, isto é, até 1980 a importância da população não economicamente ativa entre a população rural era maior fazendo com que a parcela da PEA rural sobre o total fosse sistematicamente inferior à calculada para a população residente. A partir de 1981, entretanto, a importância dos não ativos passa a predominar no setor urbano fazendo com que aquele indicador (PEA rural/PEA) passasse a ser sistematicamente superior ao calculado para a população residente.

São Paulo contribuiu com uma participação maior em termos de PEA em relação ao País do que em termos de população residente. Isto implica em menos pessoas inativas em idade de trabalhar, isto é, os estímulos ou a necessidade tem impellido um maior número de membros da família para o mercado de trabalho.

(5) CA - 31/12/85; PNAD período de referência diferenciado para característica das pessoas e mão-de-obra, variando de um levantamento para outro de setembro a dezembro.

(6) As informações de 1985 seguem a metodologia da nota 4. Os dados do censo de 1950 e 1960 só incluem os que estivessem efetivamente trabalhando e o domicílio rural foi definido para os que indicassem como ocupação principal, atividade no setor agropecuário e extrativista; urbano para os demais.

QUADRO 2.- População Economicamente Ativa(1), Rural e Urbana, Estado de São Paulo e Brasil, 1950-1987

Ano	São Paulo						Brasil					
	Rural		Urbana		Total		Rural		Urbana		Total	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	Taxa (2) (%)
1950	1.498.031	43,30	1.961.365	56,70	3.459.396	19,95	10.452.774	60,30	6.883.226	39,70	17.336.000	-
1960	1.475.732	32,67	3.041.862	67,33	4.517.594	19,86	12.408.229	54,54	10.341.729	45,46	22.750.028	2,76
1970	1.173.993	18,42	5.198.849	81,58	6.372.842	21,56	13.008.375	44,01	16.548.849	55,99	29.557.224	2,65
1980	1.077.210	10,35	9.334.116	89,65	10.411.726	24,08	12.986.292	30,04	30.249.420	69,96	43.235.712	3,88
1981	1.028.725	9,14	10.229.108	90,86	11.257.833	23,71	13.936.014	29,35	33.552.512	70,65	47.488.526	-
1982	1.094.806	9,37	10.593.298	90,63	11.688.104	23,43	14.651.908	29,37	35.232.828	70,62	49.884.736	5,05
1983	1.181.094	9,85	10.808.565	90,15	11.989.659	23,54	14.812.356	29,08	36.128.344	70,92	50.940.700	2,12
1984	1.141.627	9,13	11.368.586	90,87	12.510.213	23,85	14.881.520	28,38	37.561.592	71,62	52.443.112	2,95
1985	1.123.660	8,59	11.960.707	91,41	13.084.367	23,74	15.405.611	27,96	39.692.627	72,07	55.098.494	5,06
1985(3)	1.137.820	8,62	12.055.708	91,38	13.193.528	23,71	15.600.538	28,04	40.035.476	71,96	55.636.014	5,06
1986	1.203.396	8,71	12.617.869	91,29	13.821.265	24,33	15.264.496	26,87	41.551.719	73,13	56.816.215	2,12
1987	1.344.172	9,43	12.905.455	90,57	14.249.627	23,93	15.891.702	26,69	43.651.256	73,31	59.542.958	4,79

(1) Idade igual ou superior a 10 anos.

(2) Taxa geométrica de crescimento.

(3) A partir desta informação houve mudança metodológica no levantamento da amostra.

Fonte: Censo Demográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 1950-1980 e Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD). Rio de Janeiro, IBGE, 1981-1987.

4 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A análise da estrutura fundiária para o Estado conta com duas fontes alternativas: o Censo Agropecuário e os Cadastros do antigo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A unidade de pesquisa nos censos é o estabelecimento definido como área contínua (7), formado de uma ou mais parcelas sob uma única administração. No censo de 1950 excluiu-se as explorações exclusivamente voltadas ao consumo doméstico.

Nos dados do INCRA, a unidade pesquisada é o imóvel rural de área contínua, formado de uma ou mais parcelas pertencentes a um mesmo dono; portanto, seria o conceito mais relevante em análises de concentração da propriedade. Sua maior limitação está em não permitir a construção de uma série histórica equivalente e do comprometimento das informações secundárias em função da razão geradora dos levantamentos. Dessa forma, somente foram utilizadas como balizamento eventual para os dados do Censo.

4.1 - Concentração Fundiária

É consenso entre os pesquisadores brasileiros considerar a Lei de Terras (1850) como a razão fundamental do caráter concentrador da estrutura fundiária brasileira por limitar o seu livre acesso.

Com base em trabalho de Hoffmann (8) pode-se situar São Paulo como um Estado que tem apresentado um grau de concentração fundiária médio, para os padrões brasileiros, situando-se sistematicamente abaixo do nível

nacional, mas acima dos níveis das Região Sul e Leste (quadro 3).

Utilizando os dados do CA calculou-se o Índice de Gini corrigido para considerar as disparidades dentro do estrato. Os resultados sugeriram uma situação estável na estrutura fundiária do Estado; entretanto, esse indicador tem limitações, uma vez que a perda do acesso direto à terra, que transforma pequenos proprietários em "sem terra" pode levar a um Índice menor se os que permanecerem formarem um grupo mais homogêneo. Isso foi o que de fato aconteceu nos anos 60. Houve uma redução de 2% nos estabelecimentos com até 20ha e de 1% nos com mais de 1.000ha, resultando numa ligeira desconcentração no período.

Os dados do INCRA, apresentados por Graziano da Silva (9), são podem ser usados comparativamente para anos distanciados, porque não são fruto de recadastramento geral mas, sim, de atualizações parciais. Comparando 1965 com 1972 e 1967 com 1976, caracterizou-se claramente um quadro de concentração da propriedade da terra no Estado.

Esses comentários tornam evidente que a caracterização da concentração fundiária pelo Índice de Gini é insuficiente e é importante considerar o que está ocorrendo, em termos percentuais, com a área e o número dos estabelecimentos nos estratos limites.

Constatou-se uma tendência geral à redução contínua do número de estabelecimentos com até 100ha, embora não seja possível precisar se para as propriedades menores, isso teve início nos anos 50 ou 60 (quadro 4). A mudança no critério de estabelecimento,

(7) O Censo de 1985 admite a descontinuidade desde que observada a condição de unidade administrativa.

(8) Hoffmann, Rodolfo. Contribuição à análise de distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. Piracicaba, ESALQ/USP, 1971. 161p. (Tese - Livre-Docência)

(9) Graziano da Silva, José. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 192p.

QUADRO 3.- Comparação do Índice de Gini de Concentração Fundiária no Estado de São Paulo e Regiões do Brasil, 1940-1980

Região	1940	1950	1960	1970	1980	1965	1967	1972	1976
Brasil	0,833	0,844	0,843	-	-	0,820	0,836	0,837	0,849
Norte	-	0,944	0,944	-	-	-	-	-	-
Nordeste	-	0,867	0,868	-	-	-	-	-	-
Leste	-	0,788	0,781	-	-	-	-	-	-
Sul	-	0,756	0,752	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	-	0,829	0,846	-	-	-	-	-	-
São Paulo	0,773	0,773	0,796	-	-	0,746	0,765	0,760	0,773
S.P. nova estimativa	-	(0,779)	(0,800)	(1)	(0,782)	(0,782)	-	-	-

(1) Índice estimado, considerando as disparidades dentro do estrato, com base no Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, IBGE, 1950-1980.

Fonte: Hoffmann, Rodolfo, op.cit. nota 8 p.43-44, com dados do Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, IBGE, 1940-1960.

que passou a não considerar as unidades dos produtores de subsistência em 1950, levanta essa dúvida. De qualquer forma a tendência declinante não foi observável, nos estabelecimentos menores, desde os anos 40. Houve um período inicial de expansão cuja duração pode ter sido de uma ou duas décadas.

O comportamento dos estabelecimentos dentre 20ha e 100ha é um pouco diferenciado. Há menos estabelecimentos dentro desse estrato em 1980 quando comparado com 1940, mas uma expansão em termos do número existente em 1960, o que encobre um ciclo diferente de expansão e retração. Os dados originais evidenciam que a retração ocorre entre 1940 e 1960 e se reinicia no início dos anos 70. Os estratos intermediários apresentaram comportamento sistemático de crescimento do número de estabelecimentos, enquanto os de mais de 1.000ha, apesar de apresentarem comportamento errático, têm como tendência histórica a ampliação do número de estabelecimentos, com perda de área. Há evidências da tendência histórica à concentração de terras no Estado, embora o quinquênio 1980/85 mostre uma ligeira tendência a invertê-la (quadro 4) (10).

4.2 - Caracterização dos Estabelecimentos

A caracterização da estrutura fundiária, tradicionalmente definida a

partir da estratificação das propriedades por tamanho de área, não permite por não centralizar no capital, compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

O critério de valor da produção, sugerido por Lenin (11), permite compreender a natureza da relação entre pequena e grande propriedade, quer seja na tendência à eliminação que esse autor pressupunha, quer seja através da criação de novas formas de subordinação em que a propriedade da terra é preservada (12).

Müller defende a utilização desse critério devido ao fato da terra ter perdido o papel determinante na produção agrícola, em função da penetração do capital (13).

Nessa linha insere-se o trabalho de Silva (14) para os dados do Censo Agropecuário de 1975, e que permite visualizar a dimensão do segmento refratário à modernização no Estado (quadro 5). Em 1975, cerca de 27% dos estabelecimentos existentes obtinham um rendimento médio mensal inferior a dois salários-mínimos vigentes (em termos de área, correspondiam a 7,5% do total).

A maior parte da produção (45,22%) provinha de 2,3% dos estabelecimentos e de 27,2% da área.

4.2.1 - Caracterização a partir da área

A partir dos dados publicados

-
- (10) Existe a possibilidade que parte do aumento verificado tenha sido alimentado pela redução dos que não informaram a condição do produtor.
- (11) Lenin, Vladimir I. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1981. 100p.
- (12) Entre outros Sorj, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980; Santos, Jose V.T. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1984.
- (13) Müller, Geraldo. Brasil - padrão agrário moderno: magnitudes e intensidade. São Paulo, CEBRAP, 1988.
- (14) Silva, Sérgio. Estudos sobre a estrutura de produção e a questão agrária. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1984. (Caderno, 11)

QUADRO 4.- Taxa de Variação do Número de Estabelecimentos Agrícolas e Área, por Estrato de Tamanho, Estado de São Paulo, 1940-80(1)

(em %)

Item	0 - 20ha	20 - 100ha	100 a 500ha	500 a 1.000ha	> 1.000ha
Número	13,93 [- 25,89]1 (+ 4,0)	-5,01 [13,14] (+3,0)	+23,45 (+3)	+34,01 (-1,0)	+17,10 (+1,0)
Área	-[20,23]1 (+ 2)	-2,12 (+ 3)	22,74 (+ 2)	33,57 (- 1)	-4,9 (+ 1)

(1) Os valores entre colchetes referem-se ao período 1960-80 por causa da mudança na definição de estabelecimento em 1950. Os valores entre parênteses referem-se a 1980-85 e não são diretamente comparáveis com a informação anterior porque provêm dos quadros 8 e 9.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos dos quadros 6 e 7. Taxa de variação entre os anos extremos.

QUADRO 5.- Número, Área e Valor da Produção dos Estabelecimentos Agropecuários, Segundo Grupos de Valor da Produção(1), Estado de São Paulo, 1975

Valor da Produção(1)	Estabelecimento		Área		Valor da Produção(1)	
	No.	%	Média	%	Média	%
			(ha)		(SM)	
> 1,0	37.466	13,46	20,9	3,81	0,56	0,45
> 1 a 2,0	38.273	13,75	19,6	3,64	1,48	1,21
> 2 a 9,0	112.063	40,26	33,7	18,39	4,58	11,10
> 9 a 18,0	38.134	13,70	67,1	12,44	12,66	10,35
> 18 a - 37,0	23.688	8,51	118,7	13,68	25,44	12,92
> 37 a -100,0	14.947	5,37	232,3	16,89	58,54	18,74
>100	7.404	2,66	755,9	27,23	284,58	45,22
Sem declaração	6.374	2,29	126,4	3,92	-	-
Total	278.349	100,00	73,8	100,00	16,77	100,00

(1) Medido em salário mínimo mensal, computado o 13o. salário.

Fonte: Silva, Sérgio, op. cit. nota 14, p.22.

pelo IBGE foi possível avaliar a evolução da estrutura fundiária do Estado, tomando como base o tamanho do estabelecimento.

Em termos do número dos estabelecimentos, tem havido predominância dos menores (até 20ha) ou dentro da categoria "Própria", (proprietário) (quadros 6 e 7). Dentro das especificações parciais analisadas, observou-se que os estabelecimentos próprios, de até 100ha, têm representado mais de 50% do total (e cerca de 20% da área), com menor nitidez no ano de 1960 quando aumentou a importância do grupo arrendados (e mistos), principalmente os de até 20ha. O aumento do número de estabelecimentos arrendados, nesse estrato, sofreu deterioração a partir de então, apesar da definição não se alterar (15). Em termos de área, a redução é menor, o que representou uma ampliação da área média da unidade de produção (quadros 8 e 9). Isto sugere que a modernização da agricultura paulista avança rapidamente, já em 1960, sobre as unidades de produção de subsistência, em parte, através de uma transformação dentro do próprio estrato.

Em termos de área tem havido claramente o predomínio dos estabelecimentos próprios, principalmente no estrato de 100ha a 500ha e nos maiores que 1.000ha, com uma pequena vantagem do primeiro. Isto porque, sob o critério condição legal das terras, constatou-se uma alteração da importância relativa desses ao longo do período analisado, em detrimento do estrato de maior área (quadro 8). Os primeiros apresentam uma tendência à expansão da área, enquanto estes últimos apresentam uma tendência declinante da área

média. Considerando a condição do produtor, observou-se que o estrato menor mantém sua expansão relativa enquanto o maior continua a ter sua participação reduzida. Isto evidencia que o estrato de 100ha a 500ha é o que tem demonstrado comportamento mais dinâmico. Estes dois estratos juntos representam mais de 50% da área total.

O ano de 1970 mostrou uma tendência clara de ampliação das áreas ocupadas em todos os estratos de área, tanto em termos do número de estabelecimentos como de área. O aumento de 6% da área total dos estabelecimentos analisados foi recorde no período considerado superando até mesmo a ampliação global de 4% das duas décadas anteriores (16). Foi o período da ocupação da última fronteira do Estado. Essa constatação foi reforçada quando se observou a expansão do número de produtores que obtêm acesso à terra através da ocupação. A taxa de variação na década atingiu 1,15% (quadros 6 e 7). Esse movimento baseou-se com mais intensidade nas propriedades de 20ha a 100ha, de 100ha a 500ha, e mais de 1.000ha, sendo que, no estrato de 100ha a 500ha esse efeito veio acompanhado de uma redução de 8,97% de área média. Os estabelecimentos com mais de 1.000ha apresentaram um comportamento nada conclusivo em relação à variação da área média devido a uma só propriedade.

A expansão do número de estabelecimentos arrendados teve início já em 1975, provavelmente associados à expansão do PROÁLCOOL (17), para os estabelecimentos maiores, principalmente os de mais de 1.000ha. Em 1980 generalizou-se para todos os estratos.

A análise sob o enfoque da

(15) No quadro 9, para observar a redução equivalente, deve-se considerar arrendatários mais outros, exceto para o ano de 1960. Assim, inclui-se parceiros e "outras condições".

(16) Notar que, desta forma, o período anterior inclui os ajustes da mudança do conceito de estabelecimento.

(17) Implantado em 1975.

QUADRO 6.- Importância Relativa e Taxa de Variação do Número de Estabelecimentos, por Estrato de Área, Segundo a Condição Legal das Terras, Estado de São Paulo 1950-1980

Condição legal das terras	Até 20ha			De +20 a 100ha			De +100 a 500ha			De +500 a 1.000ha			> 1.000ha			Total		
	Núme-ro	Parti-cipação (%)	Varia-ção (%)	Núme-ro	Parti-cipação (%)	Varia-ção (%)	Núme-ro	Parti-cipação (%)	Varia-ção (%)	Núme-ro	Parti-cipação (%)	Varia-ção (%)	Núme-ro	Parti-cipação (%)	Varia-ção (%)	Núme-ro	Parti-cipação (%)	Varia-ção (%)
Própria																		
1950	53.852	24,31	-	74.316	33,55	-	23.865	10,77	-	3.249	1,47	-	2.430	1,10	-	157.712	71,20	-
1960	81.451	25,66	51	71.956	22,67	+3	23.353	7,36	-2	3.157	0,99	-3	2.196	0,69	-10	182.113	57,38	15
1970	90.765	27,78	11	77.484	23,71	8	26.160	8,01	12	3.616	1,11	15	2.295	0,70	5	200.320	61,31	10
1975	81.548	29,32	-10	74.419	26,76	-4	26.611	9,57	2	3.686	1,33	2	2.469	0,89	8	188.733	67,86	-6
1980	74.676	27,35	-8	69.282	25,37	-7	25.676	9,40	-4	3.571	1,31	-3	2.316	0,85	-6	175.521	64,28	-7
Arrendada																		
1950	45.331	20,46	-	6.557	2,96	-	1.083	0,49	-	106	0,05	-	55	0,02	-	53.132	23,99	-
1960	107.528	33,88	137	8.906	2,81	36	1.531	0,48	41	122	0,04	15	76	0,02	38	118.163	37,23	122
1970	85.577	26,19	-10	11.878	3,64	33	1.740	0,53	14	111	0,03	-9	55	0,02	-28	99.361	30,41	-16
1975	50.417	18,13	-41	8.777	3,16	-26	1.706	0,61	-2	110	0,04	-1	78	0,03	42	61.088	21,96	-39
1980	54.736	20,05	9	11.023	4,04	26	2.456	0,90	44	198	0,07	80	93	0,03	19	68.506	25,09	12
Ocupada																		
1950	5.882	2,66	-	1.416	0,64	-	291	0,13	-	31	0,01	-	23	0,01	-	7.643	3,45	-
1960	7.187	2,26	22	1.303	0,41	+8	189	0,06	-35	27	0,01	-13	12	0,00	-48	8.718	2,75	14
1970	14.410	4,41	101	3.623	1,11	178	661	0,20	250	51	0,02	89	32	0,01	167	18.777	5,75	115
1975	13.442	4,83	-7	2.942	1,06	-19	515	0,19	-22	46	0,02	-10	23	0,01	-28	16.968	6,10	-10
1980	13.396	4,91	0	2.434	0,89	-17	441	0,16	-14	37	0,01	-20	33	0,01	43	16.341	5,98	-4
Mista																		
1950	1.004	0,45	-	1.423	0,64	-	493	0,22	-	68	0,03	-	46	0,02	-	3.034	1,37	-
1960	2.926	0,92	191	3.524	1,11	148	1.480	0,47	200	241	0,08	254	201	0,06	337	8.372	2,64	176
1970	3.429	1,05	17	3.530	1,08	0	1.167	0,36	-21	97	0,03	-60	67	0,02	-67	8.290	2,54	-10
1975	4.495	1,62	31	5.034	1,81	43	1.559	0,56	34	144	0,05	48	110	0,04	64	11.342	4,08	37
1980	4.738	1,74	5	5.641	2,07	12	1.929	0,71	24	209	0,08	45	160	0,06	45	12.677	4,64	12
Total																		
1940	129.497	51,29	-	93.036	36,85	-	24.707	9,79	-	2.996	1,19	-	2.222	0,88	-	252.458	-	-
1950	106.069	47,88	-18	83.712	37,79	-10	25.732	11,62	4	3.454	1,56	15	2.554	1,15	15	221.521	-	-12
1960	199.092	62,73	88	85.689	27,00	2	26.553	8,37	3	3.547	1,12	3	2.485	0,78	-3	317.366	-	43
1970	194.181	59,43	-2	96.515	29,54	13	29.728	9,10	12	3.875	1,19	9	2.449	0,75	-10	326.748	-	3
1975	149.902	53,90	-23	91.172	32,78	-6	30.391	10,93	2	3.986	1,43	3	2.680	0,96	9	278.131	-	-15
1980	147.546	54,04	-2	88.380	32,37	-3	30.502	11,17	-	4.015	1,47	1	2.602	0,95	-3	273.045	-	-2

Fonte: Censo Agropecuário, Rio de Janeiro, IBGE, 1940-1980 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário, Rio de Janeiro, IBGE, 1985.

QUADRO 7.- Importância Relativa e Taxa de Variação do Número de Estabelecimentos, por Estrato de Área, Segundo a Condição do Produtor, Estado de São Paulo, 1960-1985

Condição do Produtor	Até 20ha			De +20 a 100ha			De +100 a 500ha			De +500 a 1.000ha			> 1.000ha			Total		
	Número	Participação (%)	Variação (%)	Número	Participação (%)	Variação (%)	Número	Participação (%)	Variação (%)	Número	Participação (%)	Variação (%)	Número	Participação (%)	Variação (%)	Número	Participação (%)	Variação (%)
Proprietário																		
1960	77.772	24,56	-	67.875	21,44	-	19.127	6,04	-	1.976	0,62	-	1.105	0,35	-	167.855	53,01	-
1970	93.660	28,66	201	80.861	24,75	19	27.315	8,36	43	3.712	1,14	88	2.362	0,72	114	207.910	63,63	24
1975	85.340	30,68	-9	79.265	28,50	-2	28.140	10,12	3	3.828	1,38	3	2.579	0,93	9	199.152	71,60	-4
1980	78.515	28,76	-8	74.662	27,34	-6	27.573	10,10	-2	3.779	1,38	-1	2.476	0,91	-4	187.005	68,49	-4
1985	85.913	30,43	9	74.978	26,56	0	27.211	9,64	-1	3.614	1,28	-4	2.322	0,82	-6	194.038	68,72	4
Arrendatário																		
1960	107.248	33,87	-	9.018	2,83	-	1.560	0,49	-	126	0,04	-	79	0,02	-	118.031	37,28	-
1970	39.375	12,05	-63	7.851	2,40	-13	1.485	0,45	-5	103	0,03	-18	51	0,02	-35	48.865	14,95	-59
1975	21.823	7,85	-45	5.917	2,13	-25	1.492	0,54	0	103	0,04	0	73	0,03	43	29.408	10,57	-40
1980	19.205	7,03	-12	7.640	2,80	29	2.065	0,76	38	160	0,06	55	73	0,03	0	29.143	10,67	-1
1985	18.743	6,64	-2	9.595	3,40	26	2.675	0,95	30	191	0,07	19	177	0,06	142	31.381	11,11	8
Ocupantes																		
1960	7.187	2,27	-	1.303	0,41	-	189	0,06	-	27	0,01	-	13	0,00	-	8.719	2,75	-
1970	14.410	4,41	101	3.623	1,11	178	661	0,20	250	51	0,02	89	31	0,01	138	18.776	5,75	115
1975	13.665	4,91	-5	3.031	1,09	-16	532	0,19	-20	47	0,02	-8	23	0,01	-26	17.298	6,22	-8
1980	13.611	4,98	0	2.533	0,93	-16	456	0,17	-14	37	0,01	-21	33	0,01	43	16.670	6,11	-4
1985	14.991	5,31	10	2.949	1,04	16	509	0,18	12	49	0,02	32	60	0,02	82	18.558	6,57	11
Outros																		
1960	6.165	1,95	-	7.493	2,37	-	5.677	1,79	-	1.418	0,45	-	1.289	0,41	-	22.042	6,96	-
1970	46.736	14,30	658	4.180	1,28	-44	267	0,08	-95	9	0,00	-99	4	-	0	51.196	15,67	132
1975	29.074	10,45	-38	2.959	1,06	-29	227	0,08	-15	8	0,00	-11	8	-	100	32.276	11,60	-37
1980	36.215	13,26	25	3.545	1,30	20	408	0,15	80	39	0,01	388	20	0,01	150	40.227	14,73	25
1985	33.360	11,82	-8	3.930	1,39	11	879	0,31	115	130	0,05	233	70	0,02	250	38.369	13,59	-5
Total																		
1960	198.372	62,65	-	85.689	27,06	-	26.553	8,39	-	3.547	1,12	-	2.486	0,79	-	316.647	-	-
1970	194.181	59,43	-2	96.515	29,54	13	29.728	9,10	12	3.875	1,19	9	2.448	0,75	-2	326.747	-	3
1975	149.902	53,90	-23	91.172	32,78	-6	30.391	10,93	2	3.986	1,43	3	2.683	0,96	10	278.134	-	-15
1980	147.546	54,04	-2	86.380	32,37	-3	30.502	11,17	0	4.015	1,47	1	2.602	0,95	-3	273.045	-	-2
1985	153.007	54,19	4	91.452	32,39	3	31.274	11,08	3	3.984	1,41	-1	2.629	0,93	1	282.346	-	3

Fonte: Censo Agropecuário, Rio de Janeiro, IBGE, 1940-1980 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário, Rio de Janeiro, IBGE, 1985.

QUADRO 8.- Importância Relativa e Taxa de Variação da Área Total dos Estabelecimentos, por Estrato de Tamanho, Segundo a Condição Legal das Terras, Estado de São Paulo, 1940-1980

Condição legal das terras	Até 20ha			De +20 a 100ha			De +100 a 500ha			De +500 a 1.000ha			> 1.000ha			Total		
	Número	Participação (%)	Variação (%)	Número	Participação (%)	Variação (%)	Número	Participação (%)	Variação (%)	Número	Participação (%)	Variação (%)	Número	Participação (%)	Variação (%)	Número	Participação (%)	Variação (%)
Própria																		
1950	586.155	3,08	-	3.341.414	17,58	-	5.039.711	26,51	-	2.280.681	12,00	-	6.118.820	32,19	-	17.366.781	91,37	-
1960	782.644	4,06	34	3.213.904	16,66	-4	4.943.873	25,63	-2	2.223.339	11,53	-3	5.098.900	26,44	-17	16.262.660	84,32	-6
1970	839.036	4,11	7	3.470.770	16,99	8	5.487.868	26,87	11	2.527.890	12,38	14	5.337.302	26,13	5	17.662.866	86,47	9
1975	762.641	3,71	-9	3.365.587	16,37	-3	5.605.527	27,27	2	2.561.918	12,46	1	5.558.959	27,04	4	17.854.632	86,86	1
1980	704.662	3,49	-8	3.136.360	15,55	-7	5.434.201	26,94	-3	2.481.734	12,30	-3	5.057.617	25,07	-9	16.814.574	83,36	-6
Arrendada																		
1950	339.254	1,78	-	251.558	1,32	-	218.765	1,15	-	72.139	0,38	-	139.389	0,73	-	1.021.105	5,37	-
1960	683.943	3,55	102	354.380	1,84	41	292.416	1,52	34	85.319	0,44	18	230.269	1,19	65	1.646.327	8,54	61
1970	613.639	3,00	-10	468.000	2,29	32	329.437	1,61	13	76.552	0,37	-10	111.371	0,55	-52	1.598.999	7,83	-3
1975	370.194	1,80	-40	358.292	1,74	-23	323.488	1,57	-2	77.696	0,38	1	186.131	0,91	67	1.315.801	6,40	-
1980	398.306	1,97	8	468.686	2,32	31	473.506	2,35	46	137.142	0,68	77	208.284	1,03	12	1.685.924	8,36	28
Ocupada																		
1950	38.347	0,20	-	60.389	0,32	-	57.382	0,30	-	22.120	0,12	-	73.768	0,39	-	252.006	1,33	-
1960	40.716	0,21	6	52.818	0,27	-13	40.849	0,21	-29	20.144	0,10	-9	17.206	0,09	-77	171.733	0,89	-32
1970	88.367	0,43	117	146.970	0,72	178	130.057	0,64	218	35.148	0,17	74	74.631	0,37	334	475.173	2,33	177
1975	80.387	0,39	-9	117.552	0,57	-20	101.522	0,49	-22	32.761	0,16	-7	66.753	0,32	-11	398.975	1,94	-16
1980	75.090	0,37	-7	99.357	0,49	-15	86.598	0,43	-15	35.997	0,18	10	98.282	0,49	47	395.324	1,96	-1
Mista																		
1950	11.058	0,06	-	64.824	0,34	-	103.789	0,55	-	48.743	0,26	-	139.276	0,73	-	367.690	1,93	-
1960	31.216	0,16	182	159.059	0,82	145	311.954	1,62	201	171.533	0,89	262	531.679	2,76	282	1.205.441	6,25	228
1970	35.442	0,17	14	160.430	0,79	1	233.196	1,14	-25	64.082	0,31	-63	195.625	0,96	-63	688.775	3,37	-43
1975	46.860	0,23	321	230.978	1,12	44	302.411	1,47	30	99.825	0,49	56	306.008	1,49	56	986.082	4,80	43
1980	49.218	0,24	5	266.955	1,32	16	381.896	1,89	26	145.380	0,72	46	431.701	2,14	41	1.275.150	6,32	29
Total																		
1940	1.133.824	6,10	-	4.057.464	21,84	-	5.194.557	27,96	-	2.096.445	11,28	-	6.097.537	32,82	-	18.579.827	-	-
1950	974.814	5,13	-14	3.718.185	19,56	-8	5.419.647	28,51	4	2.423.683	12,75	16	6.471.253	34,05	6	19.007.582	-	2
1960	1.538.519	7,98	58	3.780.161	19,60	2	5.589.092	28,98	3	2.500.335	12,96	3	5.878.054	30,48	-9	19.286.161	-	1
1970	1.576.484	7,72	2	4.246.170	20,79	12	6.180.558	30,26	11	2.703.672	13,24	8	5.718.929	28,00	-3	120.425.813	-	6
1975	1.260.082	6,13	20	4.072.409	19,81	-4	6.332.948	30,81	2	2.772.200	13,49	3	6.117.851	29,76	7	120.555.490	-	1
1980	1.227.276	6,08	-3	3.971.358	19,69	-2	6.376.201	31,61	1	2.800.253	13,88	1	5.795.884	28,73	-5	120.170.972	-	-1

Fonte: Censo Agropecuário, Rio de Janeiro, IBGE, 1940-1980 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário, Rio de Janeiro, IBGE, 1985.

QUADRO 9.- Importância Relativa e Taxa de Variação da Área Total dos Estabelecimentos, por Estrato de Tamanho, Segundo a Condição do Produtor, Estado de São Paulo, 1960-1985

Condição do produtor	Até 20ha			De +20 a 100ha			De +100 a 500ha			De +500 a 1.000ha			> 1.000ha			Total		
	Núme-ro	Parti-cipação (%)	Varia-ção (%)	Núme-ro	Parti-cipação (%)	Varia-ção (%)	Núme-ro	Parti-cipação (%)	Varia-ção (%)	Núme-ro	Parti-cipação (%)	Varia-ção (%)	Núme-ro	Parti-cipação (%)	Varia-ção (%)	Núme-ro	Parti-cipação (%)	Varia-ção (%)
Proprietário																		
1960	753.701	3,90	-	2.999.905	15,54	-	3.909.225	20,23	-	1.380.338	7,15	-	2.280.154	11,81	-	11.319.323	58,64	-
1970	869.877	4,26	15	3.625.317	17,76	21	5.719.133	28,01	46	2.591.208	12,69	88	5.532.927	27,10	143	18.338.462	89,82	62
1975	803.848	3,91	-8	3.589.065	17,46	-1	5.903.577	28,72	3	2.660.109	12,94	3	5.864.966	28,53	6	18.821.565	91,56	3
1980	745.941	3,70	-7	3.393.522	16,83	-5	5.809.125	28,81	-2	2.626.437	13,03	-1	5.489.320	27,23	-6	18.064.345	89,60	-4
1985	791.280	3,90	6	3.398.516	16,74	0	5.689.087	28,02	-2	2.508.964	12,36	-4	5.025.099	24,75	-8	17.412.946	85,78	-4
Arrendatário																		
1960	687.756	3,56	-	359.101	1,86	-	297.392	1,54	-	87.884	0,46	-	241.350	1,25	-	1.673.483	8,67	-
1970	277.875	1,36	-60	329.452	1,61	-8	284.164	1,39	-4	71.374	0,35	-19	106.241	0,52	-56	1.069.106	5,24	-36
1975	153.697	0,75	-45	258.700	1,26	-21	283.585	1,38	0	73.353	0,36	3	179.144	0,87	69	948.479	4,61	-11
1980	138.853	0,69	-10	346.621	1,72	34	397.394	1,97	40	111.368	0,55	52	168.408	0,84	-6	1.162.644	5,77	23
1985	142.741	0,70	3	434.307	2,14	25	514.252	2,53	29	132.410	0,65	19	302.478	1,49	80	1.526.188	7,52	31
Ocupantes																		
1960	40.716	0,21	-	52.818	0,27	-	40.849	0,21	-	20.144	0,10	-	34.993	0,18	-	189.520	0,98	-
1970	88.367	0,43	117	146.970	0,72	178	130.057	0,64	218	35.148	0,17	74	56.844	0,28	62	457.386	2,24	141
1975	82.444	0,40	-7	121.364	0,59	-17	103.953	0,51	-20	33.453	0,16	-5	66.753	0,32	17	407.967	1,98	-11
1980	77.120	0,38	-6	103.256	0,51	-15	89.626	0,44	-14	25.997	0,13	-22	98.282	0,49	47	394.281	1,96	-3
1985	86.455	0,43	12	119.192	0,59	15	104.399	0,51	16	34.948	0,17	34	115.064	0,57	17	460.058	2,27	17
Outros																		
1960	56.346	0,29	-	368.337	1,91	-	1.345.626	6,97	-	1.011.969	5,24	-	3.339.344	17,30	-	6.121.622	31,71	-
1970	348.365	1,71	518	144.431	0,71	-61	47.203	0,23	-96	5.942	0,03	-91	5.131	0,03	-100	551.072	2,70	-91
1975	220.197	1,07	-37	103.279	0,50	-28	41.834	0,20	-11	5.284	0,03	-11	6.986	0,03	36	377.580	1,84	-31
1980	265.361	1,32	21	127.960	0,63	24	79.655	0,40	90	26.451	0,13	401	39.875	0,20	471	539.302	2,68	43
1985	229.177	1,13	-14	157.348	0,78	23	178.477	0,88	114	90.019	0,44	240	246.097	1,21	517	901.118	4,44	67
Total																		
1960	1.538.519	7,97	-	3.780.161	19,58	-	5.589.092	28,95	-	2.500.335	12,95	-	5.895.841	30,54	-	19.303.948	-	-
1970	1.584.484	7,76	3	4.246.170	20,80	12	6.180.557	30,27	11	2.703.672	13,24	8	5.701.143	27,92	-3	20.416.026	-	6
1975	1.260.186	6,13	-20	4.072.408	19,81	-4	6.332.949	30,81	2	2.772.199	13,49	3	6.117.849	29,76	7	20.555.591	-	1
1980	1.227.275	6,09	-3	3.971.359	19,70	-2	6.375.800	31,63	1	2.790.253	13,84	1	5.795.885	28,75	-5	20.160.572	-	-2
1985	1.249.653	6,16	2	4.109.363	20,24	3	6.486.215	31,95	2	2.766.341	13,63	-1	5.688.738	28,02	-2	20.300.310	-	1

Fonte: Censo Agropecuario. Rio de Janeiro, IBGE, 1940-1980 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuario. Rio de Janeiro, IBGE, 1985.

condição do produtor permitiu observar que o arrendamento propriamente dito expandiu-se em todos os estratos exceto o de menor área. O ritmo de expansão em 1985 se reduziu em comparação ao de 1980, exceto nos estabelecimentos maiores. Esse impacto veio acompanhado de uma redução do tamanho médio dos estabelecimentos.

A categoria "outros" tem que ser vista com especial cuidado, pois no ano de 1960 referia-se a administradores que estão logicamente mais relacionados com os proprietários (quadros 7 e 9). Nos demais anos são considerados os parceiros, exceto 1985 quando passou a incluir também "outras condições". No período 1980 e 1985 houve uma tendência a expandir essa categoria, de forma crescente, à medida que os estratos se identificam com propriedades maiores.

Como último comentário, nota-se que em 1985, no estrato de até 20ha (informação disponível para a condição do produtor) houve uma expansão do número de estabelecimentos próprios, que inclui a parceria autônoma, acompanhada de uma expansão menor de área global, reduzindo a área média do estrato. Esse segmento pode ser associado à pequena produção, uma vez que são excluídos os quintais e hortas residenciais. Dessa forma, as evidências sugerem um novo padrão de migração associado à crise econômica nacional, em que pese o fato de o ano do levantamento se caracterizar como o segundo ano após a retomada do crescimento e, segundo os dados do PNAD, ter atingido o índice mais baixo de participação relativa da população rural sobre a total.

5 - TRABALHO E EMPREGO

A análise do emprego a partir dos estabelecimentos estratificados por área remete à utilização do Censo

Agropecuário, trazendo para o interior do trabalho a necessidade de dimensionar as conseqüências da diferenciação metodológica em relação ao Censo Demográfico.

A diferença fundamental entre as duas fontes, segundo Martine & Arias (18), é que o CA não impõe limite de número de horas trabalhadas ou que a atividade no setor seja a ocupação principal e que esta ocorra em caráter habitual. O CD por sua vez só considera como empregado os que tiverem mais de dez anos, os que não recebendo remuneração trabalharão pelo menos 15 horas semanais (19) e definirão sua ocupação no setor agropecuário como atividade principal e habitual.

Isto leva a diferenças substanciais entre as duas estimativas e evidencia uma mudança na composição do mercado de trabalho com relação ao trabalho da criança, horas de trabalho para os não remunerados, diversificação de atividades desenvolvidas, exclusão de produtores de subsistência (quadro 10). A partir de 1970 existe tendência do Censo Agropecuário de gerar estimativas superiores.

No período analisado, particularmente após 1950, ocorreram grandes transformações nas relações de trabalho rurais no País, em especial no Estado de São Paulo, sendo um dos aspectos mais visíveis a substituição dos colonos (trabalhadores que residiam nas fazendas, recebendo salário e dispoem de uma área de terra para plantio de subsistência) e dos parceiros pelo trabalho assalariado, inclusive o assalariado eventual ou temporário, obtido, em grande parte, através de intermediários, empreiteiros, agenciadores.

Os dados disponíveis para ilustrar essas transformações apresentam inúmeras limitações, além das já apontadas anteriormente.

Ainda quando se opta por um

(18) Martine, George & Arias, Alfonso R., op. cit. nota 3.

(19) Exceto o CD=1970.

QUADRO 10.- Comparação dos Dados de Emprego Rural nos Censos Demográfico e Agropecuário, Estado de São Paulo, 1950-1980

Ano	Censo Agropecuário Pessoal ocupado (>14 anos)	Censo Demográfico PEA (>10 anos)	Relação CD/CA (%)
1950	1.273.218	1.498.031	17,65
1960	1.452.507	1.475.732	1,59
1970	1.254.040	1.173.993	-6,39
1980	1.267.868	1.077.210	-15,04

Fonte: Fundação IBGE - CD 1950/60/70/80 - CA 1950/60/70/80.

dos Censos, perduram dificuldades tanto de conceituação quanto de agregação das categorias de mão-de-obra ocupada de um levantamento para o outro, como por exemplo: a separação entre parceiros subordinados e autônomos, esses últimos agregados com os responsáveis pela administração dos estabelecimentos; a categoria "empregados" que pode conter aqueles que recebem parte do salário em produtos e, portanto, não somente assalariados; dificuldades em separar os parceiros subordinados do pessoal de outra condição; os trabalhadores permanentes agregando os colonos e empregados no censo de 40, etc. (20).

Limitações ainda maiores surgem para quantificar o volume médio de trabalhadores empregados num deter-

minado ano. O recenseamento contabiliza as pessoas ocupadas nas atividades agrícolas no dia do levantamento para as estimativas da média anual das categorias. Dessa maneira, supõe-se a estabilidade de ocupação durante o ano, o que não tem base empírica sequer para os trabalhadores classificados como permanentes (pela já constatada rotatividade de mão-de-obra no País), e mesmo para os responsáveis e membros não remunerados da família, visto que, particularmente, os membros não remunerados têm sua participação mais requerida nas épocas da colheita (21). Tal suposição é ainda menos correta no caso dos trabalhadores temporários, dada a caracterizada sazonalidade na ocupação da mão-de-obra nas principais culturas do Estado,

(20) Ver sobre isso: Kageyama, Angela A. et alii. Emprego e relações de trabalho na agricultura paulista 1950-1975. Campinas, UNICAMP, 1982. (Texto para Discussão, 15); Kageyama, Angela A. Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional. Campinas, UNICAMP, 1986. 389p. (Tese - Doutorado) e Lopes, Juarez R.B. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970). Estudos CEBRAP, São Paulo, (22):41-110, 1978.

(21) Toscano, Gabriela. Evolução e composição da população agrícola no Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo, SP, 26(1):191-213, 1976.

pois o fato de ocupar um emprego em um dia não significa que o tenha mantido durante todo o mês. No caso desses trabalhadores, o Censo informa a ocupação no dia do levantamento e o número máximo de trabalhadores temporários contratados diretamente pela empresa, mensalmente.

Somam-se, ainda, problemas derivados das datas de coleta, pois 01 de setembro, para os Censos de 1940 e 1960, é época de menor ocupação de mão-de-obra no Estado, período de tratos culturais, e 31 de dezembro (Censos posteriores), cujo mês é de pico de ocupação de mão-de-obra, mas o dia é geralmente considerado feriado. Além disso, não são incluídos os trabalhadores contratados por empreitada entre o pessoal ocupado nos estabelecimentos, categoria que apresenta grande expansão.

Dessa maneira, são necessários diversos ajustes nos dados censitários para que possam dar uma visão aproximada da distribuição da ocupação da mão-de-obra no Estado.

5.1 - A Mensuração a Partir do Censo Agrícola

Os dados extraídos diretamente dos Censos mostram a distribuição da população ocupada, conforme as categorias de ocupação e por estratos de área (quadro 11). Isso permite apresentar grosseiramente algumas indicações dos movimentos no interior da ocupação de mão-de-obra no Estado.

Foi computada apenas a população maior de 14 anos, em virtude das oscilações já apontadas no trabalho dos menores e pelos critérios utilizados nos levantamentos censitários (22). Os menores, computados nos CA, representam uma parcela grande de mão-de-obra ocupada, principalmente na

categoria de membros não remunerados da família, que, portanto, estará relativamente mais subestimada. Sua participação em relação à população ocupada total se reduz nos períodos mais recentes, como podem-se observar: 15,9% em 1950 e em 1960, 11,6% em 1970, 12,2% em 1975 e apenas 7,9% em 1980.

Como indicação, podem-se observar a importância dos pequenos estabelecimentos na ocupação de mão-de-obra agrícola no Estado de São Paulo. Os estabelecimentos até 20ha e a categoria de responsáveis e membros não remunerados da família, que caracterizam a pequena produção, ocuparam ainda em 1980 mais de um quarto da população adulta. A participação dessa categoria cresceu de 1940 até 1970 chegando, nesse último ano, a representar perto de 60% da população ocupada total. Desses, em torno de 35% estavam nos estabelecimentos até 20ha e, aproximadamente, 53% nos estabelecimentos até 100ha. Nos anos de 1975 e 1980, reduziu-se sua participação acompanhando a diminuição do número de estabelecimentos e o estágio da modernização, caracterizado em termos de generalização do uso de adubo químico (53,79% dos estabelecimentos em 1975) e o processo simultâneo de redução do uso de arados e veículos de tração animal, acompanhado da expansão dos que usam tração mecânica.

Nas faixas de área de 100ha e mais, perdeu importância a categoria de responsáveis e membros não remunerados, à medida que aumentou a participação do trabalho assalariado permanente e temporário.

O trabalho permanente manteve-se relativamente estável, de 1950 em diante, sendo que as propriedades de 20ha até 500ha, e as de mais de 1.000ha, foram as que mais o emprega-

(22) Ver Martine, George & Arias, Alfonso R., op. cit. nota 3.

QUADRO 11.- Pessoal Ocupado na Agricultura, Segundo Categoria de Trabalho e Estrato de Área, Estado de São Paulo, 1940-1980

Pessoal ocupado	Até 20ha			De +20 a 100ha			De +100 a 500ha			De +500 a 1.000ha			> 1.000ha			Total			
	Núme- ro	Parti- cipação (%)	Varia- ção (%)	Núme- ro	Parti- cipação (%)	Varia- ção (%)	Núme- ro	Parti- cipação (%)	Varia- ção (%)	Núme- ro	Parti- cipação (%)	Varia- ção (%)	Núme- ro	Parti- cipação (%)	Varia- ção (%)	Núme- ro	Parti- cipação (%)	Varia- ção (%)	
Responsáveis e membros não remunerados da família																			
1940(1)	247.618	19,12	-	225.967	17,45	-	57.602	4,45	-	6.263	0,48	-	4.098	0,32	-	541.548	41,81	-	
1950(1)	211.626	16,62	-15	216.611	17,01	-4	62.741	4,93	9	7.293	0,57	16	5.118	0,40	25	503.389	39,54	-7	
1960	408.579	28,13	93	204.921	14,11	-5	59.454	4,09	-5	8.080	0,56	11	6.751	0,46	32	687.785	47,35	37	
1970	439.121	35,02	7	230.863	18,41	13	59.679	4,76	0	6.684	0,53	-17	3.884	0,31	-42	740.231	59,03	8	
1975	345.073	28,76	-21	219.649	18,31	-5	62.026	5,17	4	6.861	0,57	3	4.682	0,39	21	638.291	53,20	-14	
1980	325.377	25,66	-6	195.614	15,43	-11	56.640	4,47	-9	6.396	0,50	-7	4.030	0,32	-14	588.057	46,38	-8	
Trab. Permanente																			
1940(1)	43.247	3,34	-	199.148	15,38	-	263.370	20,33	-	103.278	7,97	-	144.567	11,16	-	753.610	58,19	-	
1950(1)	16.493	1,30	-62	77.026	6,05	-61	148.117	11,63	-44	71.632	5,63	-31	118.744	9,33	-18	432.012	33,93	-43	
1960	29.255	2,01	77	75.034	5,17	-3	117.042	8,06	-21	52.797	3,63	-26	81.172	5,59	-32	355.300	24,46	-18	
1970	28.645	2,28	-2	53.574	4,27	-29	88.561	7,06	-24	40.060	3,19	-24	59.098	4,71	-27	269.938	21,53	-24	
1975	29.922	2,49	4	64.062	5,34	20	110.428	9,20	25	44.817	3,74	12	69.686	5,81	18	318.915	26,58	18	
1980	34.993	2,76	17	74.778	5,90	17	123.423	9,73	12	49.843	3,93	11	79.362	6,26	14	362.399	28,58	14	
Trab. Temporário																			
1940(1)																			
1950(1)	20.006	1,57	-	43.501	3,42	-	47.173	3,71	-	17.515	1,38	-	23.630	1,86	-	151.825	11,92	-	
1960	44.002	3,03	120	64.458	4,44	48	68.911	4,74	46	25.607	1,76	46	61.080	4,21	158	264.058	18,18	74	
1970	36.136	2,90	-17	51.521	4,11	-20	48.429	3,86	-30	17.256	1,38	-33	22.660	1,81	-63	176.182	14,05	-33	
1975	37.195	3,10	2	60.614	5,05	18	52.094	4,34	8	16.010	1,33	-7	15.603	1,30	-31	181.516	15,13	3	
1980	48.408	3,82	30	92.125	7,27	52	83.768	6,61	61	21.142	1,67	32	26.892	2,12	72	272.335	21,48	50	
Parceiros																			
1940(1)																			
1950(1)	11.122	0,87	-	69.054	5,42	-	64.077	5,03	-	17.799	1,40	-	23.940	1,88	-	185.992	14,61	-	
1960	11.625	0,80	5	41.774	2,88	-40	39.670	2,73	-38	9.684	0,67	-44	10.984	0,76	-54	113.737	7,83	-39	
1970	8.659	0,69	-26	22.902	1,83	-45	18.839	1,50	-53	4.038	0,32	-58	3.621	0,29	-67	58.059	4,63	-49	
1975	8.869	0,74	2	22.495	1,87	-2	13.781	1,15	-27	2.191	0,18	-46	968	0,08	-73	48.304	4,03	-17	
1980	7.088	0,56	-20	17.966	1,42	-20	12.444	0,98	-10	1.648	0,13	-25	535	0,04	-45	39.681	3,13	-18	
Outra Condição																			
1940(1)																			
1950(1)																			
1960	8.164	0,56	-	9.220	0,63	-	7.287	0,50	-	2.400	0,17	-	4.289	0,30	-	31.360	2,16	-	
1970	2.071	0,17	-75	3.428	0,27	-63	2.084	0,17	-71	656	0,05	-73	1.391	0,11	-68	9.630	0,77	-69	
1975	2.774	0,23	34	4.254	0,35	24	2.807	0,23	35	831	0,07	27	2.093	0,17	50	12.759	1,06	32	
1980	1.164	0,09	-58	1.907	0,15	-55	1.865	0,15	-34	265	0,02	-68	195	0,02	-91	5.396	0,43	-58	
Total																			
1940(1)	290.865	22,46	-	425.115	32,82	-	320.972	24,78	-	109.541	8,46	-	148.665	11,48	-	1.295.158	-	-	
1950(1)	259.247	20,36	-11	406.192	31,90	-4	322.108	25,30	-	114.239	8,97	4	171.432	13,46	15	1.273.218	-	-2	
1960	501.442	34,52	93	395.857	27,25	-3	292.364	20,13	-9	98.568	6,79	-14	164.276	11,31	-4	1.452.507	-	14	
1970	514.812	41,05	3	362.288	28,89	-8	217.592	17,35	-26	68.694	5,48	-30	90.654	7,23	-45	1.254.040	-	-14	
1975	423.833	35,33	-18	371.074	30,93	2	241.136	20,10	11	70.710	5,89	3	93.032	7,75	3	1.199.785	-	-4	
1980	417.030	32,89	-2	382.390	30,16	3	278.140	21,94	15	79.294	6,25	12	111.014	8,76	19	1.267.868	-	6	

(1) Idade: + 15 anos.

Fonte: Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, IBGE, 1940-1980 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, IBGE, 1985.

ram, proporcionalmente. As pequenas propriedades tiveram sua participação expandida em mais que o dobro.

No Censo de 1940 foram contados os colonos junto com os trabalhadores permanentes, explicando a brusca queda no número para o censo seguinte.

O trabalho temporário cresceu entre 1950 e 1960, em todas as faixas, com a queda dos permanentes. Esta década é um marco desta mudança nas relações de trabalho na agricultura paulista. Nas décadas seguintes, apresentou crescimento paulatino a cada censo.

Como apontado anteriormente, é exatamente nessa categoria que encontrou-se maiores limitações para sua quantificação. Os dados analisados representam uma estimativa, calculada pelo IBGE, através do levantamento de seu número no dia de coleta. Os Censos dispõem também do número máximo de ocupação desses trabalhadores por mês, sendo que, neste caso, se inclui os menores de 14 anos.

Pode-se, então, qualificar os dados do trabalho temporário cotejando-os com a média de sua utilização e também com a sua ocupação no momento de emprego mínimo (setembro) (quadros 11 e 12).

O trabalho temporário contratado através de empreitada não está incluído no cômputo dos Censos, sendo necessário estimá-lo através das despesas realizadas com empreitada.

Lopes (23) e Kageyama (24) apresentaram métodos diversos para o seu cálculo. Lopes (23) calcula o número desses trabalhadores dividindo o gasto total com empreitada pelo salário médio (salário total pago dividido pelo número de empregados), estimado a partir dos Censos. Kageyama (24) apresentou o número de diárias pagas, calculadas através da divisão dos gastos totais da empreitada pelo

salário do diarista (a seco) informado pelo CEA/FGV, dividindo por 300 (dias anuais).

Utilizando-se as estimativas de trabalhadores contratados indiretamente, segundo os cálculos de Lopes e Kageyama, pode-se refazer a proporcionalidade da ocupação nas diferentes categorias (quadros 13 e 14).

Em ambos os casos observa-se que, com a agregação da estimativa dos trabalhadores por empreitada, o número de trabalhadores temporários aproxima-se do dobro daquele indicado pelos Censos e mostra, também uma importância crescente nas últimas décadas, no Estado. Com essa correção, a participação percentual das diversas categorias modifica-se. Dessa maneira, nos anos 80, a participação dos temporários aproxima-se da dos responsáveis e membros não remunerados da família. Dada a forma de coleta dos dados, é possível que se verifique dupla contagem pois, os membros não remunerados da família da pequena produção se assalariam, principalmente no período de safra.

Entretanto, estas estimativas oferecem dados apenas aproximados. Apesar de próximos os números apresentam uma reversão da relação entre eles encontrada.

6 - COMENTÁRIOS FINAIS

No período analisado, verificou-se que há uma tendência à reordenação fundiária, com a expansão das propriedades médias (de 100ha a 1.000ha) e uma redução acentuada das pequenas (até 20ha), caracterizando uma concentração de propriedade, ainda que não captada pelo índice de Gini. Isso se deve ao efeito da redução dos estabelecimentos maiores de 1.000ha e porque os produtores que perdem a terra deixam de ser considerados na

(23) Lopes, Juarez R.B., op. cit. nota 20.

(24) Kageyama, Angela et alii, op. cit. nota 20 e Kageyama, Angela A. op. cit. nota 20.

QUADRO 12.- Comparação de Estimativa de Trabalho Temporário na Agricultura, Estado de São Paulo, 1970-1980

Ano	Média(1)	Emprego mínimo(1) (setembro)	Em relação ao quadro (%)		Total observado(2) no dia do levantamento
	Número	Número	Média	Emprego mínimo	Número
1970	159.312	104.917	+10,0	+68,0	176.182
1975	175.466	123.131	+ 0,3	+47,0	181.516
1980	305.281	287.703	-12,0	- 0,6	272.335

(1) Inclui - 14 anos.

(2) Exclui - de 14 anos

Fonte: Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, IBGE, 1970-1980.

QUADRO 13.- Distribuição da População Ocupada(1) na Agricultura, Estado de São Paulo, 1970-1980

(em número)

Ano	Trabalho temporário(2)	População ocupada	Distribuição (%)		
			Temporários	Permanentes	Responsáveis e membros não remunerados da família
1970	325.182	1.403.040	23,2	19,2	52,8
1975	367.738	1.386.007	26,5	23,0	46,1
1980	545.559	1.541.092	35,4	23,5	38,2

(1) Corrigida para incluir trabalhadores temporários contratados indiretamente.

(2) Inclui menores de 14 anos.

Fonte: Lopes, Juarez. R.B., op. cit. nota 20, com dados básicos dos Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

QUADRO 14.- Distribuição da População Ocupada na Agricultura Corrigida(1), segundo Kageyama, Estado de São Paulo, 1970-1980

Ano	Trabalho temporário(2)	População ocupada	Distribuição (%)		
			Temporários	Permanentes	Responsáveis e membros não remunerados da família
1970	329.686	1.407.544	23,4	19,2	52,6
1975	344.278	1.362.547	25,3	23,4	46,8
1980	492.102	1.487.635	33,1	24,4	39,5

(1) Corrigida para incluir trabalhadores temporários contratados indiretamente.

(2) Inclui menores de 14 anos.

Fonte: Kageyama, A.A, op cit. nota 20, com dados básicos dos Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

estimativa.

O crescimento das propriedades médias, em termos de área e número de estabelecimentos, evidenciou a forma assumida pelo desenvolvimento capitalista da agricultura paulista. Isto se reflete também em termos da evolução do emprego, caracterizada pela crescente expansão do trabalho temporário.

O fato de não se estimar, neste estudo, o trabalho de empreitada por estrato de área inviabiliza avaliar com maior precisão a importância dessas propriedades médias na dinâmica capitalista do emprego, mas as evidências apontam nesse sentido.

Essa característica dominante associada à importância histórica da pequena produção em termos de emprego, embora decrescente, define o perfil duplo do meio rural e exige que o Estado desenhe sua intervenção considerando o impacto nesta específica conformação social. A expansão do número de estabelecimentos pequenos, provavelmente posseiros com e sem autonomia, no período 1980-85, sugere que o meio rural exerce um papel de esponja, como resposta à crise econômica nacional e ressalta a importância de considerar o impacto social da política econômica geral, levada avante pelo Estado brasileiro.